

Insegurança urbana, controle e segmentação dos espaços públicos de Araguaína, Tocantins, Brasil

Reges Sodré

da Universidade Federal de Rondonópolis – Mato Grosso - Brasil

reges.sodre@ufr.edu.br

Resumo: A apropriação dos espaços públicos é mediada pela percepção social que se constrói sobre eles e estas historicamente foram instrumentalizadas por interesses da burguesia. Um dos principais elementos dessa mediação é a insegurança urbana, que não só promove o encolhimento dos espaços públicos, mas os segmenta em seguros/inseguros e legítima, de um lado, a expulsão de populações indesejadas, vistas como perigosas e anormais, e de outro, amplos processos de revitalização, que implicam em vultuosas inversões de capitais. Considerando tal abordagem, este texto investiga as práticas de uso e apropriação dos espaços públicos em Araguaína, Tocantins. Esta cidade tem sido marcada pela insegurança urbana e na última década tem passado por uma reestruturação de sua infraestrutura, com a construção e revitalização de diversos espaços públicos. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e entrevistas com moradores da cidade. Os resultados apontam para uma segmentação e controle dos espaços públicos, cuja melhor imagem se dá com a Via Lago, sendo percebida como segura e apropriada pelas classes médias, e o Parque Cimba, associado a criminalidade e deixado para as classes populares.

Palavras-chave: Segmentação; Insegurança; Espaços públicos; Araguaína; Controle.

Introdução

Historicamente, a cidade de Araguaína sempre foi carente de espaços públicos, como praças, parques, quadras de esportes, campos de futebol e ambientes culturais. Soma-se a isso o pouco zelo do poder público por esses espaços, que sofreram com descarte de lixo, matagal, degradação da infraestrutura pelas intempéries da natureza, ocupação por empreendimentos privados sem autorização municipal, depredação e até mesmo queimadas (PEREIRA, 2013).

Desde 2012, no entanto, sob a gestão do prefeito Ronaldo Dimas e seu grupo político, diversas obras foram empreendidas com o objetivo de revitalizar e construir praças (ex. praças do Noroeste, São Luis Orione, Araguaína Sul, Cimba, Jardim dos Ipês e Costa Esmeralda), campos e quadras de futebol (Costa Esmeralda, Cimba e bairro de Fátima) e demolir a Feirinha (local situado na região central e territorializado por usuários de drogas) para a construção de um mercado municipal.

Como parte desse processo, em 2015, depois de 57 anos de emancipação política da cidade, foi inaugurado o primeiro Parque Ecológico, o Cimba. E, em 2019, foi construído um calçadão em torno do rio Lontra, que corta a cidade, recebendo o nome de Via Lago. Tais espaços tornaram-se símbolos da reestruturação da infraestrutura da cidade empreendida pela administração Dimas e, para muitos, como veremos, sinal de uma nova era de uso dos espaços públicos.

Todavia, a cidade tem sido marcada por altos índices de violência. Com 62 homicídios por 100 mil habitantes, apresentou a maior taxa do estado do Tocantins em 2017. Além disso, nesse mesmo ano, o município figurava entre os 120 que acumulavam 50% dos homicídios estimados no Brasil (IPEA, FBSP, 2019). No bojo de mortes violentas, tem crescido a insegurança urbana e seus imaginários, traduzidos em estigmas e preconceitos socioespaciais dirigidos a moradores de bairros periféricos e pobres (SODRÉ, 2020).

O ambiente de insegurança urbana motivou diversas ações do estado do Tocantins e da prefeitura visando reduzir a criminalidade, com destaque para a criação da Guarda Municipal de Araguaína, em 2021, e a instalação de um sistema de videomonitoramento, com câmeras espalhadas em diversos pontos da cidade. No âmbito privado, surgiram condomínios horizontais fechados que se apropriaram do imaginário de insegurança para se tornarem vendáveis.

Diante desse contexto de violência, insegurança urbana e de re-construção da infraestrutura dos lugares públicos, o presente trabalho analisa as práticas espaciais dos cidadãos araguanenses na apropriação dos espaços públicos. A pesquisa foi construída a partir de leituras teóricas, principalmente em Sennett (1988, 2018), Harvey (2014, 2015), Souza (2000, 2006, 2008), Serpa (2017) e Castro (2004, 2018).

Em termos empíricos, a principal fonte da pesquisa foram entrevistas em profundidade com moradores de Araguaína, as quais foram conduzidas e transcritas observando pressupostos metodológicos assinalados por Bourdieu (1997) e Lahire (2004). Em 2019 e 2020, realizou-se 27 entrevistas em 16 bairros da cidade e em dois condomínios horizontais fechados. Procurou-se, nessas entrevistas, entre outras coisas, identificar as práticas espaciais dos cidadãos em relação aos espaços públicos.

Os bairros foram escolhidos observando dois critérios: o primeiro, que representasse a diversidade de renda per capita da cidade, conforme dados do censo demográfico (IBGE, 2010); o segundo, que incorporasse os bairros que mais aparecem na mídia como violentos, segundo dados de Sodré e Deus (2020). Efetuou-se entrevistas

nos seguintes setores: Lago Azul 3, Costa Esmeralda, Centro, Entroncamento, Monte Sinai, George Iunes, Lago Azul 4, Maracanã, Cimba, Rodoviário, Patrocínio, Bela Vista, Morada do Sol 3, Araguaína Sul, Morada do Sol 2 e Carajás. Em condomínio, foram feitas entrevistas no Condomínio do Lago e Jardins Siena (vide figura 1).

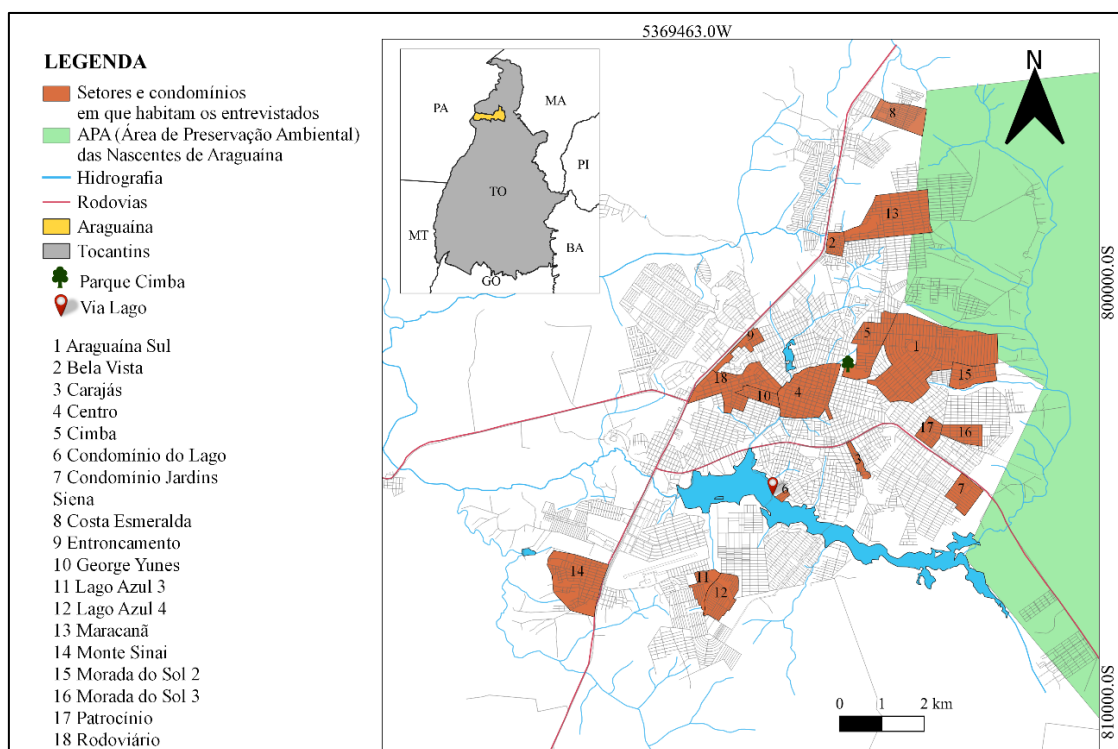


Figura 1: Localização da área de pesquisa (2022).

Fonte: SIGWEB UFNT (2022).

Além disso, fez-se observação sistemática nas praças do setor Cimba, Costa Esmeralda, São Luís Orione, Via Lago e Parque Cimba, entre os meses de novembro de 2020 e janeiro de 2021. Procurou-se identificar se havia apropriação efetiva desses lugares no final do dia e à noite; qual perfil dos sujeitos que usavam esses espaços; as ações que aí desenvolviam; e as atividades comerciais que faziam a mediação do uso desses lugares.

O trabalho está dividido em quatro seções: na primeira, faz-se uma revisão teórica sobre a construção dos espaços públicos nas cidades contemporâneas; na segunda, identifica-se práticas anêmicas e seletivas na apropriação do espaço público por grupos privilegiados; na terceira, coloca-se em cena processos de exclusão e resistência nos espaços públicos; e, na quarta seção, realiza-se a análise da segmentação dos espaços públicos, tendo como foco a Via Lago e o Parque Cimba.

Espaços públicos segmentados: entre os interesses de mercado e a insegurança urbana

Sennett (1988), no seu clássico “O declínio do homem público”, defende a tese de que os espaços públicos conheciam um declínio vertiginoso desde meados do século XIX, em favor da ascendente tirania da intimidade. Tal processo teve múltiplas vertentes, que articulam uma dimensão material e outra valorativa. Na primeira, o elemento novo foi a entrada em cena do capitalismo industrial, engendrando um modo de produzir as cidades, em que se tornaram não só maiores, mas profundamente estratificadas pelas classes sociais.

Se antes havia uma maior mistura espacial, as pessoas vivendo mais próximas uma das outras, “em prédios vizinhos, quando não na mesma casa, e com mistura de diferentes espécies de quiosques, lojas, e até de pequenas feiras para servir a essas clientelas variadas”, com o processo de industrialização, “os construtores utilizaram grandes extensões de terrenos para edificação de casas que correspondessem às necessidades de grupos economicamente homogêneos” (SENNETT, 1988, p. 172), promovendo o crescente isolamento das classes sociais e fomentando a perda de sentido dos espaços públicos que antes eram compartilhados.

Em outra ponta, o surgimento das lojas de departamento, aliado à atração em massa de consumidores, colocou novos elementos para a colonização da vida pública pelo fetichismo da mercadoria. Os objetos passam a ser investidos com atributos da personalidade humana: já não são mais comprados pelas necessidades, mas sim pelo status que proporcionam aos seus compradores. Tornam-se mecanismos de expressão no espaço público dos gostos e da individualidade. O fio constituinte das relações não são mais os discursos, falas, disputas e conflitos, mas as aparências expressivas das mercadorias adornadas no corpo (SENNETT, 1988).

Essa crescente individualização ganhou sua justificação moral na autenticidade e no expressivismo, advindos do romantismo do século XIX. Diante da elevada complexidade da cidade e da vida social, a sociedade intimista foi se estabelecendo. Nela, “os conflitos políticos” passam a ser “interpretados em termos de personalidades; a liderança é interpretada em termos de ‘credibilidade’, mais do que em termos de proezas” (SENNETT, 1988, p. 271).

Em uma sociedade intimista, “a experiência que parece falar sobre o eu, ajuda a defini-lo, desenvolvê-lo, ou transformá-lo, tornou-se uma preocupação arrasadora”, de modo que, “durante o curso dos cem anos, os laços sociais e o engajamento social

recuaram diante da questão ‘O que estarei sentindo?’” (SENNETT, 1988, p. 271-272). Nessa chave, os intercâmbios sociais são interpretados como questões de personalidade, o que engendra uma busca infindável e obsessiva para saber realmente quem se é e quem são os outros.

A erosão da perspectiva de espaço público pela atuação do capital ocorre na medida em que não é mais a *representação* que importa no espaço público, isto é, a defesa de posições políticas e sociais, mas a *apresentação*, na qual o que conta são os adereços que os sujeitos portam no seu corpo enquanto mercadorias (manequins ambulantes) ou incorporam no próprio corpo como estética adquirida no mercado das cirurgias plásticas (mercadoria tornada literalmente carne).

No plano da cidade, a impessoalidade, condição indispensável para o debate público, segundo o autor, passa a ser vista com crescente hostilidade, “de sorte que a busca pelos interesses comuns é destruída pela busca da identidade comum” (SENNETT, 1988, p. 319). Essa procura cria “exigências por autonomia em relação ao mundo exterior, por ser deixado em paz por ele, mais do que exigências para que o próprio mundo se transforme” (SENNETT, 1988, p. 325).

Se a cidade é “o molde em que a diversidade e complexidade de pessoas, interesses e gostos tornam-se disponíveis enquanto experiência social”, a crescente busca por uma vida de intimidade “está quebrando esse molde” (SENNETT, 1988, p. 414). A sociabilidade ideal é entre os semelhantes, de modo que a negociação dos lugares, dos futuros possíveis e a presença dos diferentes se torna insuportável (MASSEY, 2015).

Nessa leitura, a produção do espaço urbano caminha para a construção de comunidades. Ser autêntico é constituir esses espaços de vida. Estar entre aqueles que se entendem. Imaginar o mundo a partir dessa moldura espacial. Por sua vez, o espaço público é lugar geográfico marcado pela impessoalidade, em que a presença do desconhecido não é uma ameaça, mas a fonte mesma da riqueza que anuncia a transformação do social.

Harvey (2015) estudou o mesmo período de Sennett (1998), mas, ao invés de tomar Londres e Paris como focos privilegiados da análise, se debruçou apenas sobre essa última. Ele releva que todo o processo de modernização de Paris, levado a cabo por Haussmann, a partir de 1853 (embora como demonstra o autor, a reestruturação da cidade iniciou-se antes dessa data), promoveu uma crescente separação das classes sociais no espaço, com a expulsão dos perigosos e indesejados que residiam nas áreas centrais para periferias distantes.

A expulsão aconteceu pela imposição de mecanismos imobiliários, como o aumento do preço dos aluguéis diante da renovação urbana que ocorria na área central. A cada casa derrubada, o preço de locação se elevava 200 francos. Ao mesmo tempo, a classe média baixa e a pequena burguesia foram, aos poucos, perdendo controle sobre a propriedade, que passou a se concentrar nas mãos de grandes proprietários imobiliários. Nesse processo, “o valor dos terrenos e imóveis parisienses mais que duplicou durante o Segundo Império” (HARVEY, 2015, p. 186).

Paralelo a isso, segundo Harvey (2015, p. 290), os bulevares se transformaram em “espaços para a exibição da riqueza burguesa, do consumo ostensivo e da moda feminina. Em resumo, os bulevares tornaram-se espaços públicos onde o fetiche da mercadoria reinava soberano”. Assim, “o espetáculo da mercadoria passou a atravessar a divisão entre público e privado, e efetivamente dominou e unificou os dois” (HARVEY, 2015, p. 290).

O problema era que os pobres e as mulheres promíscuas acabavam, vez ou outra, ocupando os bulevares em busca de um “lugar ao sol”, isto é, lazer e consumo. Queriam, de alguma forma, participar da festa da mercadoria e do espetáculo. Harvey (2015) afirma que isso causou nos burgueses uma imensa sensação de insegurança, ansiedade, vulnerabilidade e até anomia. Por isso, as atividades da vida na rua se tornaram um foco crescente da atuação policial.

Harvey (2015, p. 294) ilustra essa realidade ao citar o poema de Baudelaire, “Os olhos dos pobres”, em que o eu lírico conversa com a amante. Eles estavam em um café novo, na esquina com uma avenida, quando perceberam na rua um homem de barba grisalha e cerca de quarenta anos com duas crianças maltrapilhas, olhando o café e admirando sua beleza. Enquanto os olhos do pai diziam que todo o ouro do pobre mundo tinha se encerrado naquelas paredes, o do filho alertava, que aquela casa não era para gente como eles.

E a reação da amante fez justiça a essa interpretação, quando ela diz em seguida: “não suporto essa gente, esses olhos arregalados! Você não poderia pedir ao dono do café que os afastasse daqui?”. Como analisado por Harvey, o que está em jogo aqui é a apropriação do espaço público nos termos da propriedade privada, pois o que “a amante do poeta deseja” é que alguém “defenda o direito à propriedade sobre o espaço público”. Em suma, “*ela busca a segurança e a exclusão pela segregação*” (HARVEY, 2015, p. 295, grifo nosso).

Havia ainda outro temor, mais estrutural, na burguesia: “o povo podia esconder elementos subversivos ou de repente se tornar incontrolável” (HARVEY, 2015, p. 366). Assim, “para que a burguesia conseguisse manter sua posição e seu poder de classe, os espaços e a multidão deviam ser controlados” (HARVEY, 2015, p. 367). Daí que, quanto mais abertos fossem os espaços, mais controlados deveriam ser mediante a privatização do público e do uso do racismo.

Diante disso, a erosão e controle via espaço público se materializa nas fraturas espaciais, a partir das quais deixam de se encontrar ou fazem cada vez menos as classes populares e os colorismos. Nesse cenário, a classe trabalhadora – diz Harvey –, teve que encontrar seus próprios espaços de socialização e uso coletivo. Estes foram inúmeros pequenos estabelecimentos de cafés ou tabernas, salões de dança, cabarés e bares, os quais, por isso mesmo, passam a ser estigmatizados¹.

Passados mais de um século desses processos analisados, não dá para dizer que houve significativas alterações na maneira como os agentes do capital se utilizam do espaço público para gerar lucro e controlar as classes trabalhadoras, fazendo amplo uso de imaginários de insegurança e de estigmas socioespaciais. Nesse sentido, os trabalhos de Souza (2000, 2006, 2008) e Serpa (2017) analisam as atuais condições dos espaços públicos no Brasil e apontam para as especificidades de sua degradação.

A análise de Serpa dos espaços públicos é realizada por meio da figura dos parques. Ele assinala que estes são um dos principais instrumentos de valorização imobiliária das cidades contemporâneas. A criação desse tipo de espaço público é uma figura incontestável no imaginário social. Quem poderia se levantar contra a construção de um parque? Afinal, ele é sinônimo de qualidade de vida, bem-estar, contato com a natureza e sociabilidade.

O autor não é contra os parques e reconhece suas virtudes. A questão reside nos interesses contidos em suas construções e nos benefícios que eles promovem. Todos pagam valores vultuosos pela construção, mas ela serve, em grande medida, à valorização de seu entorno e promove a expulsão da população (geralmente trabalhadora) que havia na área e sua substituição por frações de classe média.

São as classes médias cultivadas os “clientes” privilegiados dos equipamentos socioculturais, concebidos por elas e para elas, que são, ao mesmo tempo, os criadores, os gestores e os usuários dos espaços públicos urbanos, definindo e

¹ Vale uma advertência de natureza conceitual, segunda a qual esses autores estão partindo em grande medida do pressuposto de que o espaço público possui um estatuto político imanente. Essa posição não é compartilhada, é claro, por toda a literatura, como demonstra o posicionamento de Castro (2004; 2018), que distingue espaços públicos de publicidade (do ver e ser visto, o que incluiria até mesmo shopping centers) e espaços públicos políticos (assim qualificados “quando invadidos por fenômenos da política”).

garantindo, através da apropriação social e espacial, sua identidade e seu poder (SERPA, 2017, p. 115).

Outra face contraditória dos parques são a sua construção distante da periferia: “distância e acessibilidade, dois conceitos geográficos fundamentais, acabam colocando em xeque a noção mesma do parque urbano enquanto espaço público” (SERPA, 2017, p. 87). Na verdade, diversos casos analisados na obra apontam que os parques são construídos em áreas da cidade em que se conjugam outros grandes projetos, como centros de convenções, shopping centers, aeroportos, etc.

Além dos interesses diretamente ligados à valorização do solo, os novos parques e espaços públicos nascem cada vez mais como um negócio do mercado de turismo. Espaços públicos transformados em atrações turísticas, regionais, nacionais e globais. Para isso, se produzem cenários com vista a fascinar os futuros usuários, tornando-se peças publicitárias vendidas nos mercados midiáticos.

Souza (2000, p. 205), em outro registro teórico, lembra que, no Brasil, existe “um agravante relativamente ao declínio pintado por Sennett, por conta de suas especificidades sócio-histórico-espaciais enquanto país ‘subdesenvolvido’ [...]: violência, segregação e auto-segregação extremadas”. Violência, em sentido amplo, que marca a construção do país e condiciona o sentido de espaços públicos.

Em virtude da força enunciativa, o autor usa a metáfora da anemia dos espaços públicos. Com isso, procura assinalar “o encolhimento das margens de manobra, a deteriorização da sociabilidade e da civilidade e as restrições ao exercício da cidadania” (SOUZA, 2008, p. 84), os quais ocorrem diante de um cenário de crescente territorialização de facções e da proliferação de condomínios fechados (SOUZA, 2000, 2008).

Os espaços públicos vão sendo abandonados em virtude do medo ou crescentemente cercados e monitorados, o que inibe a sua apropriação livre, densa e espontânea. Esse processo incorpora a insegurança de manifestar os próprios desejos em uma esfera pública tutelada pela violência política das elites que residem em espaços fechados ou das facções que territorializam favelas. O espaço público encolhe diante de uma esfera pública colonizada, a ponto de se transformar em quase sinônimo de espaço de uso coletivo.

No âmbito de um planejamento e gestão urbano democrático, o encolhimento do espaço público, estimulado pela violência e insegurança, interdita as possibilidades de participação popular na tomada de decisões sobre os rumos da cidade. É por isso que é

muito difícil falar de espaço público em uma sociedade cuja autonomia individual e coletiva se estabelecem a partir de irrisórios níveis de consistências (SOUZA, 2006).

A degradação e anemia dos espaços públicos tem sua funcionalidade apropriada por um modo de planejamento e gestão da cidade que é autoritário e centralista. Diante disso, não raramente os pobres, percebidos como criminosos, são mantidos longe dos espaços públicos por uma política de construção de suas infraestruturas que fomenta desidentificação e baixa acessibilidade.

Honneth (2011) ressaltava que o encontro no espaço público é um momento de compartilhamento de experiências de injustiças, para que possam ser articuladas e comunicadas por meios linguísticos e simbólicos apropriados. O resultado dessa interdição é a construção de uma perspectiva de injustiça individualizada, cujas estratégias de ação são operadas nessa mesma escala, mantendo intactos os atuais padrões normativos de injustiça e não-reconhecimento.

Práticas anêmicas e seletivas na apropriação do espaço público por grupos privilegiados

Vimos na introdução que diversos espaços públicos têm sido construídos em Araguaína na última década (2012-2021), mas o que efetivamente marcou essa questão na cidade foi a construção do Parque Ecológico Cimba, em 2015, e da Via Lago, em 2019. Esses espaços passaram a ser ocupados imediatamente pela população, mesmo antes de ficarem totalmente prontos. Havia uma demanda latente por lugares que proporcionassem encontros e atividades físicas. A percepção de que a cidade estava se abrindo foi imediata (SENNET, 2018), como deixa entrever o depoimento de Liochá, servidor público, com salário de R\$ 16.000,00 e residente no setor Encontramento:

O que a gente vê é que [...] a cidade melhorou um pouco, abriu um pouco, por exemplo, com os investimentos aqui no Parque Cimba. Você vê que a população mais pobre [inaudível] vai fazer o piquenique, uma coisa boa né. Vai fazer atividade e tudo, então abriu mais. A Via Lago né, também né, nós não tínhamos, abriu a cidade, ficou mais aberta (LIOCHÁ; ADELAIDA, 2019).

Liochá começa esse trecho ressaltando que a cidade melhorou seus espaços públicos, citando como exemplo a construção do Parque Cimba e depois da Via Lago. Mas, imediatamente, associa o Parque Cimba à população mais pobre, “que vai fazer um piquenique”, enquanto a Via Lago não é atribuída a nenhuma classe social e precedência de uso. Por que a economia de palavras em relação a esse espaço? Ele não seria tão aberto quanto o parque? Seria melhor falar menos sobre ele para preservar um exclusivismo?

Na verdade, ao contrário da abertura evocada por Liochá, o que o conjunto de práticas espaciais relatadas pelos entrevistados demonstra é uma apropriação seletiva, anêmica e a exclusão de determinados sujeitos dos espaços públicos de Araguaína. Azevedo, servidor público, com renda de R\$ 7.500,00, residente no setor Monte Sinai, diz que a Via Lago chama sua atenção, atraindo sua visita quando surge um tempo nas obrigações cotidianas (AZEVEDO, 2019). A frequência do Parque Cimba é descartada pela distância de sua casa, o que não parece o melhor dos argumentos, porque, embora este efetivamente seja mais distante do Monte Sinai do que a Via Lago (9,5 km), nem de longe está em suas proximidades (7 km).

Ele afirma não frequentar praças e justifica que não o faz porque estas são pobres, não permitindo o desenvolvimento de diversas atividades e cita como modelo a que existe no bairro Jardim dos Ipês, que teria equipamentos de ginástica e “tudo”. No seu bairro, não há nenhuma praça ou outro espaço público de “lazer”. É evidente, nesse caso, que a não apropriação do espaço público passa não somente pela mediação da insegurança e dos imaginários, mas pelo substrato material².

Tuchel, empresário, e com renda de R\$ 20.000,00, residente no setor Rodoviário, é outro entrevistado a ressaltar que o seu espaço público favorito é a Via Lago, mas só a frequenta em média uma vez por mês (TUCHEL, 2019). A preferência por esse lugar passa pela segurança que ele observa que nele existe, chegando a afirmar se tratar do território mais seguro de Araguaína, pela presença constante de policiamento e da pouca acessibilidade oferecida, o que reduziria em sua leitura, as opções de fuga daqueles que cometessem algum ato ilícito.

O depoimento de Adelaida, comerciante (não declarou renda), residente no setor Entroncamento, reforça essa relação anêmica com os espaços públicos (LIOCHÁ; ADELAIDA, 2019). Ela e o esposo já frequentaram a Avenida Neblina para fazer caminhada, mas estas sempre foram irregulares e acabaram por deixar de existir, levando ao fechamento das possibilidades de uso desses lugares, já que não os concebem para outras atividades rotineiras. Outro uso desses espaços é o desenvolvimento de atividades partidárias, mas só ocorrem em momentos de grande ebulição política nacional.

Isis, servidora pública, com rendimento de R\$ 5.000,00, residente no setor Central, demonstra igualmente uma relação anêmica com os espaços públicos, mesmo que já tenha sido vitaminada na década de 1990. Em sua leitura, as praças que,

² A este respeito, Sennett (1988, p. 26) afirma que a natureza das praças “é a de mesclar pessoas e diversificar atividades”, exatamente os atributos que faltam nas praças de Araguaína.

historicamente, se localizavam em frente a igrejas católicas (ex. São Luís Orione), deixaram de ser atrativas em virtude do aumento da violência. Assim, depois da missa, as pessoas tendem, como ela, a passar pela praça, e não mais ficar ali trocando ideia com conhecidos e familiares.

Olha eu acho que a última vez que eu fui a praça pra sentar conversar foi na década de 90. Quando a violência não tava assim, as pessoas ainda ia a pracinha conversar com os amigos depois da missa ficava ali e tal, hoje não! Eu passo na praça porque é caminho da minha casa e eu percebo que as praças elas deixaram de ser um lugar de convivência, [...] das pessoas conversarem, bater papo, porque ficou também um lugar violento, acho que na maioria dessas cidades brasileiras. O Parque Cimba que é um parque lindo maravilhoso, a gente já sabe de casos de assaltos lá. Tem que saber o horário que vai, isso é pessoas que me falam porque eu fui uma vez num show. E a Via Lago agora realmente ficou um lugar turístico, mas eu fui lá esses dias porque tá tendo esses programas de verão, aí tinha um show eu fui lá, mas eu fui porque eu já sabia que ia ter muito policiamento tá entendendo? Mas pra falar assim eu vou sair daqui vou lá pra Via Lago fazer caminhada eu não vou, eu faço caminhada ali na marginal que é mais movimentada, têm mais comércio, e corro menos risco de ser assaltada (ISIS, 2019).

Se esses sujeitos não se apropriam mais das praças, para onde vão? Quando se trata daqueles pertencentes a frações mais privilegiadas, como é o caso de Isis, Adelaida, Liochá e Tuchel, vão principalmente para bares e restaurantes, os quais, via de regra, possuem segurança armada, sistema de monitoramento e propiciam socialização entre iguais. É exatamente esse tipo de *habitus* que esses entrevistados cultivam, como demonstrado durante as conversas.

Mesmo afirmando que o Parque Cimba é “lindo maravilhoso”, Isis, em seguida, lembra que já ouviu falar de assaltos lá, para justificar que não se apropria desse lugar. Nem mesmo a Via Lago é considerada por ela um lugar seguro, preferindo fazer caminhada na Avenida Neblina, cujas atividades físicas entraram em forte declínio após a construção daquele calçadão. Na verdade, o conjunto da entrevista demonstrou que o espaço que efetivamente essa entrevistada usa para fazer atividades físicas é uma academia próxima de sua casa.

Esses exemplos são ilustrativos do enfraquecimento do espaço público, que vai sendo minado pela dinâmica da insegurança e dos atrativos privados, que se não são, no primeiro plano, articulados como mais seguros, são no sentido de serem mais tranquilos, divertidos, pragmáticos e prazerosos, porque coloca iguais em contextos de socialização (em intimidade, diria Sennet, 1988). No espaço privado se faz atividades físicas e os encontros são estabelecidos. Ir ao espaço público se torna um “turismo” para assistir apresentações culturais.

Como se observa, essa erosão do espaço público levada a cabo por agentes que habitam na cidade formalmente aberta e que possuem capacidade de escolhas espaciais, se dá por meio de práticas em que a cidade vai se fragmentando em retalhos. Não é exatamente o caso daqueles que vivem nos condomínios horizontais fechados, cuja ruptura com os lugares públicos se torna mais profunda, apontando toda a transformação pela qual a cidade tem passado em virtude da ampliação da insegurança e do mercado mediando as relações socioespaciais.

Nesse sentido, Patrícia, servidora pública, com renda de R\$ 10.000,00, residente no condomínio fechado Jardins Siena, é enfática ao dizer que não frequenta nenhum espaço público. Levanta como argumentos o calor da cidade, a insegurança viária das ruas e a violência, mencionando que ouviu falar de casos de crimes no Parque Cimba. Fato é que a mudança da cidade aberta para o condomínio, em 2016, fechou mais ainda seus espaços, uma vez que as caminhadas que eventualmente existiam na Avenida Neblina deixaram de ser feitas. Sobre seu novo lugar ela diz:

É um local muito agradável assim de se estar, porque você pode caminhar a noite, você pode ou muito cedinho, eu faço academia lá dentro, é enfim, se eu tivesse é, por exemplo, tem, lá tem campo de futebol de tênis, então tem outras possibilidades também se, e que eu num jogo tênis e também gosto mais de fazer academia, mais assim, sabe essas possibilidades de você ter, essas oportunidades de lazer dentro do lugar onde você mora, então isso é uma experiência muito satisfatória (PATRÍCIA, 2020).

O condomínio horizontal fechado é um simulacro porque ali você pode simular um espaço público, só que entre iguais, fazendo atividades físicas e tendo uma convivência controlada pela barreira dos muros. Há aí ainda o espaço privado do privado, uma vez que as academias internas são uma maneira de se manter ainda mais reservados, abdicando dos espaços de uso coletivo internos ao condomínio. Lembrando Sennet (1988), podemos dizer que as pessoas nesse modo de vida se fecham dos conflitos do mundo lá fora em uma comunidade de intimidade.

Exclusão e resistência no espaço público

A despeito dessas práticas anêmicas e de efetivo distanciamento do espaço público, que ocorrem motivados por insegurança urbana e mediadas por produtos imobiliários e produtos de consumo/lazer, há aqueles que praticamente não frequentam os espaços públicos porque dele são excluídos. O que está em jogo nas práticas de exclusão é a impossibilidade de se apropriar do espaço público por escassez de tempo,

acessibilidade e condições financeiras, confrontando fortemente o status de público desses lugares.

Os agentes que experimentam essa condição anseiam pela apropriação dos lugares públicos, fazendo com que a exclusão não se dê apenas no sentido objetivo, mas também subjetivo. Se sentir excluído dessa dimensão espacial compõe o pináculo dos processos de não-reconhecimento pela via socioespacial, porque a ideia de público transmite a sensação de que todos têm acesso e, quando o senso prático demonstra que isso não é verdadeiro, a humilhação se impõe.

É dessa forma que Clarice Ferreira, desempregada, residente no Lago Azul, se sente, quando perguntada se ela tem lazer em espaços públicos e citamos Via Lago e Parque Cimba como exemplos. Em relação à primeira, ela diz que passa por lá, mas não se territorializa nem se lugariza. Aliás, é comum aos moradores desse residencial do programa Minha Casa, Minha Vida, dizerem que *passam* pelo calçadão, seja porque foram no centro resolver negócios, como é o caso da entrevistada, ou em função do local ser caminho para o trabalho.

[*Como é o lazer de vocês aqui, você sai pra igreja, como é a sua rotina, vai em praça, vai na Via Lago?*] Não. Essa parte de lazer pra mim eu num tenho não. [*Você já foi na Via Lago?*] Eu passo lá quando eu vou na rua, mas pra mim sair daqui, dizer ‘eu vou lá na Via Lago levar meus filhos pra se divertir’, nunca fiz isso não, até porque... Questão de, questão financeira, né, que eles são seis. Quando eu sair daqui, se eu sair daqui com cem reais, vamo supor, eu num tenho transporte... eu num tenho transporte, vou ter que pagar um táxi no caso, ter que pagar um táxi pra ir, ter que pagar um táxi pra voltar. Chegar lá eles quer brincar no brinquedo aí paga, eles quer lancha alguma coisa aí paga, eu num tenho essa condição. Aí até por isso eu me privo das coisa, eu num vou... Eu num vou sair daqui, eles são seis, eu num vou levar três e deixar três. Num dá pra mim ir pra levar todos, eu num tenho a condição aí eu num vou. [*E o Parque Cimba, já foi alguma vez?*] Também não [risos de constrangimento], dá até graça, mas essa parte aí... (FERREIRA, 2019).

Perceptivamente, o setor Lago Azul está ao lado da Via Lago, porque é o setor mais próximo no sentido sul, separados, é verdade, por um extenso espaço vazio (o leitor pode conferir esses espaços na figura 1, da introdução). Daí que a distância que separa a casa de Clarice do calçadão seja de três quilômetros. Considerando não somente o aspecto geométrico da distância, torna-se completamente inviável uma visita para ela que não tem transporte particular e possui seis filhos, quatro deles ainda pequenos. Como o transporte público é profundamente precário e sequer possui rota pela Via Lago, a única opção seria pagar um táxi, o que foge completamente de suas possibilidades financeiras.

Mas, imaginemos que ela fizesse um esforço hercúleo e conseguisse chegar até a Via Lago com os seus seis filhos. Seus problemas não estariam resolvidos, porque

segundo ela, teria de ter dinheiro para pagar o acesso do filho aos brinquedos que existem no local e aos lanches que fatalmente um e outro demandariam. Assim, não ter como ir ao espaço público pela acessibilidade acaba parecendo ser um mal menor, já que ela não passa a vergonha de uma inclusão precária.

Por sua vez, Raimunda Texeira, residente também no Lago Azul, não demonstra tanta preocupação com ter dinheiro para se apropriar desses territórios, mas sim com a logística das crianças. Como levar bolsas com água, leite, roupas, fraldas, mamadeira... de bicicleta e com duas crianças? Talvez por isso que a entrevistada lembra que eles não têm motocicleta e carro, pois esse último não só resolveria em sua visão o problema de acesso, como daria uma maior comodidade na troca de vestuário, fraldas ou dar de comer aos filhos.

[E lazer, frequentar espaços públicos, praça, Via Lago, Parque Cimba, vocês vão?]
Raramente nós vamos, porque é muito longe [risos]. Muito longe. E quando a gente tem que ir tem que levar muitas coisas né, então [inaudível] nós não têm carro, num tem moto, pra levar esse tanto de filho pra lá. Então não dá não (TEXEIRA, 2019).

Destaca-se, nesse sentido, que os espaços públicos das cidades de modo geral são extremamente hostis com as mulheres, especialmente grávidas e com filhos recém-nascidos (KERN, 2020). No caso de Araguaína não há, em nenhum deles, banheiro para trocar ou fazer manutenção em absorventes, trocar fraldas e higienizar crianças. Por óbvio, esse tipo de recorte atinge mais as mulheres pobres, negras e periféricas, que não podem se utilizar do carro como “banheiro” ou para ir rapidamente à casa em situação de emergência.

Pode-se citar ainda os casos de Franco, pedreiro, com renda de R\$ 3.000,00, residente no Lago Azul, que nunca foi no Cimba ou na Via Lago; de Cláudia, dona de casa, tendo renda de R\$ 400,00, habitante do Costa Esmeralda, que diz saber apenas os rumos desses espaços; e de Laíza, empregada doméstica, com renda de R\$ 1.000,00, também moradora do Costa Esmeralda, que afirma nunca ter ido em nenhum desses lugares, preferindo ir em espaços apenas do seu setor ou fazer da casa um momento de encontro com os conhecidos (LAÍZA, 2019; CLAÚDIA, 2019; FRANCO, 2019).

Durante as entrevistas e observações de campo, notou-se que, para esses habitantes pobres e periféricos, resta a apropriação da rua, que não é legitimada nem mesmo em seus setores. A rua, na frente da casa e da vizinhança, surge como a margem do espaço público, a última alternativa de apropriação porque nela os processos mais imediatos de mediação do mercado ainda não são hegemônicos. Daí também que sua

apropriação é um ato de resistência e um grito de visibilidade, que pode guardar energias de revoltas.

A apropriação das ruas nesses setores periféricos, largamente praticada, é mais um motivo de fratura no tecido social, pois ela é vista como perigosa para alguns, mais submetidos imaginários dominantes, os quais, via de regra, têm maior capital econômico ou incorporaram alguns valores que demandam muita austeridade, já para outros, ela é a única possibilidade de apropriação do espaço público.

Não por acaso, em uma certa visita ao Lago Azul, passamos em uma rua na qual crianças brincavam. Um dos meninos saiu lentamente do caminho e abriu os braços para expressar que nós, de carro, estávamos atrapalhando a sua brincadeira. Recebemos olhares que pareciam expressar contrariedade nas diversas vezes em que interrompemos momentaneamente o futebol que era praticado na rua. O espaço público, assim, é terreno de resistência contra a cidade da insegurança, do carro e do capital.

Esse âmbito de exclusão e resistência possui também outros contornos, que dizem respeito aos ataques dirigidos a esses espaços públicos e seus objetos, em uma dinâmica de completa desidentificação. A exclusão, ou para ser mais preciso, a inserção extremamente precária, pode gerar esse tipo de raiva pré-política, que só reforça os estigmas e a maior segmentação.

Nos últimos anos Araguaína tem conhecido um número crescente de ataques violentos aos novos espaços públicos construídos e aos revitalizados, os quais são praticados frequentemente por homens adultos e jovens. O ato de “protesto” não para por aí, já que vídeos são gravados e postados nas redes sociais, fazendo um ritual de celebração e desdenho do público que vai além desses territórios concretos.

Em 2018 e 2019, houve a destruição (quebradas, furadas e queimadas) parcial ou total, e furto de 500 contêineres que estavam em diversos espaços públicos da cidade, como ruas, escolas, praças, academias ao ar livre, Via Lago e Parque Cimba. Em um desses ataques, chamou a atenção que o fogo que consumiu um contêiner em frente à UBS Palmeira do Norte, acabou destruindo o portão e parte do muro dessa unidade de saúde (VÂNDALOS, 2020).

Na Via Lago, os ataques têm sido constantes, desde os vidros de proteção instalados na ponte que dá acesso ao Lago Azul, passando pelas lixeiras instaladas, cones de organização do trânsito e o sistema de iluminação. Depois de 30 ocorrências de depredação de lâmpadas e arrombamento de lacre de padrão de energia e o desligamento da iluminação em um intervalo de três meses, em 2018, o secretário municipal de infraestrutura associou diretamente o ato a estratégias de violência e insegurança

urbana: “a depredação da iluminação nas vias públicas promove condições favoráveis à criminalidade, contribuindo para o aumento da sensação de insegurança da população” (VIA, 2018).

O mesmo tem sido verificado no Parque Cimba, com destaque para arrombamento de parte da cerca que o circunda. Essas ações se pulverizam pela cidade, e se verificam nos bairros periféricos na destruição de sinalização de trânsito, hidrômetros (em 2018, foram 220), e de lâmpadas. A TV Anhanguera realizou reportagem especial em 2019, dando destaque ao setor Costa Esmeralda, que estava com 50 lâmpadas destruídas: em uma rua, de 16 postes, 11 tiveram a iluminação destruída. Os moradores entrevistados, ressaltaram a insegurança causada por essas ações e a efetivação de assaltos (VANDALISMO, 2019).

Esses tipos de atos não são exclusivos dessa cidade, é claro, mas estão presentes nos centros urbanos contemporâneos, como uma expressão da degradação do público e do sentido de comum da cidade. Diante disso, ao invés de pensar em maneiras de tornar os espaços públicos mais democráticos, a resposta da prefeitura e do governo do estado tem sido aumentar os mecanismos de controle, vigilância e punição.

Espaço público segmentado: Via Lago e Parque Cimba

Do ponto de vista funcional, a infraestrutura que a Via Lago oferece não condiz com o prestígio que tem entre os entrevistados, notadamente de grupos privilegiados. As caminhadas que podem ser realizadas em seu espaço não logram de uma pista exclusiva em todo seu percurso, tendo com frequência que passarem por uma aglomerações que se formam no espaço central da pista. A ciclovia prevista para ser construída, ainda não foi entregue passados mais de três anos da obra, o resultado tem sido a disputa por espaço entre ciclistas e pedestres.

Já em relação ao Parque Cimba, percebe-se que este tem uma dimensão “sincrônica” (SENNET, 2018) maior e mais adequada para atividades físicas e de lazer. Possui pista de caminhada e para ciclistas separadas (nesta última, as possibilidades de praticar patins são favoráveis pelo relevo suavemente ondulado), as quais oferecem a segurança de não haver atropelamento; nas ruínas das antigas fábricas se pratica skate; há, em dois pontos, aparelhos de academia para exercício ao ar livre e os amplos espaços gramados podem e são usados para jogos, conversas, chá de bebê, aniversários e exercícios.



Figura 2: Parque Ecológico Cimba
Crédito da imagem: autor (2021).

No Parque Cimba praticamente não há mediação do mercado para se apropriar do espaço (vide figura 2). Existe apenas um vendedor com um carinho que vende água, pipocas e alguns ocos, bem como no seu entorno não se formou nenhum comércio que esteja voltado para o público que o frequenta. Nas observações que realizamos, foi possível notar que as pessoas que usam o parque levam seus bens de consumo, como água e, eventualmente, lanches. O estigmatizado piquenique, por exemplo, acontece com frequência, especialmente nos finais de semana.

Por sua vez, quando parte dos entrevistados dizem que há dificuldades financeiras em se apropriar da Via Lago, é porque, apesar de público, o uso desse espaço tem se tornado cada vez mais mediado pelo mercado. Oferece-se passeios em bicicletas que não saem por menos de R\$ 15, mesmo valor de um passeio de pedalinho no lago, além de inúmeros vendedores de bebidas, água de coco, lanches e petiscos que circulam pelo calçadão. Tudo isso são atrativos que vão estabelecendo uma fronteira entre os que podem ou não pagar e criando distinção social.

Como se isso não bastasse, na margem leste do calçadão tem proliferado algumas lanchonetes e bares sofisticados, que vendem diversos produtos, como sanduíche, açaí, sorvetes e bebidas, estabelecendo distinções mais profundas no espaço. Quem leva os filhos e não tem condições de oferecer acesso a essas benesses, sente-se humilhado, levando-os, eventualmente, a não frequentar esse lugar, dado que só conseguem apropriar-se dele de maneira precária.



Figura 3 – Calçada da Via Lago (2021)

Crédito da imagem: autor (2021).

A mediação do mercado higieniza o espaço público, expulsa os indesejados e promove os encontros daqueles que já o fazem nos espaços privados. O público se torna uma extensão do privado. Por isso, engana-se quem imagina que por estar “próximo” do Lago Azul, a Via Lago se torne um espaço efetivamente democrático. Onde aparentemente há abertura, pode existir, na verdade, fechamento, que surge assim totalmente legitimado, posto que imaginado como oposto (vide figura 3).

Adicionalmente, deve-se lembrar que a acessibilidade a um espaço público não é apenas física, diz Serpa (2017), ela é igualmente simbólica. Não basta ter os meios de acessar fisicamente um espaço, é necessário ter os recursos simbólicos, espaciais, materiais e culturais para, efetivamente realizar o processo de apropriação. No caso da Via Lago, a exclusão tem se dado a partir dessas múltiplas dimensões, daí a precária apropriação da classe trabalhadora que mora relativamente próximo.

A Via Lago é o espaço do espetáculo, é lá que se comemoram as viradas de ano com fogos de artifícios e que a mídia diz ser o cartão postal de Araguaína. A sua mais bela paisagem, superando e marginalizando o monumento do Cristo Redentor que, em 2013, tinha esse título, como demonstrou Pereira (2013). Assim, Azevedo diz que ela chama “atenção” e Isis afirma que a mesma se transformou em um lugar “turístico”.

Em torno de tudo isso está a dimensão imobiliária, uma vez que o local tem sido alvo de grandes investimentos, estando em curso a construção de condomínios verticais, um shopping center, o centro de convenções e o centro de canoagem da cidade. Lembrando a expressão de Harvey (2014, p. 192), inspirada em Bourdieu, está a se

construir um espaço com alto “capital simbólico coletivo”, o que implica a apropriação por todos aqueles que desejam se distinguir socialmente e a exclusão dos indesejados.

A Via Lago, por essas razões, é um espaço cada vez mais vigiado e controlado pelo aparelho policial. Nas observações que realizamos em 2020/2021, o policiamento é frequente e constante no final da tarde e início da noite. Há sempre uma viatura circulando e, às vezes, parada por alguns instantes observando a movimentação. Da mesma forma, há a presença constante dos agentes de trânsito, que ficam nas viaturas fazendo observação. Essa realidade é oposta ao Cimba, onde raramente se vê policiamento.

Vale citar que presenciamos uma cena, no início de 2020, no Parque Cimba, que ilustra diversos aspectos do controle no espaço público. Uma equipe da Rota adentrou o interior do parque de motocicleta, foi até sua porção nordeste, e permaneceu no limite da pista de caminhada observando os que passavam. Ali se configurava um claro exemplo de intimidação: uma ação pontual, cirúrgica, para causar medo e constrangimento, mas também admiração e prestígio.

Famílias inteiras paravam para tirar foto com os policiais. Ouvia-se sempre a expressão, “faz cara de mau” no momento de fotografar, dita por aqueles que iam em busca de “tirar uma casquinha” da força policial. Parece, assim, que o trabalho da polícia deve ter relação com a maldade, irmã da vingança, e não com a justiça. Esse acontecimento, além da contradição patente, ilustra como o policiamento é raro naquele espaço, a ponto de uma visita se tornar um atrativo.

É uma postura diferente da adotada na Via Lago, que é constante e não meramente espetacular, embora isso nunca esteja fora de cogitação. Ali existe um certo distanciamento em relação ao público, já que, quase sempre, ficam do outro lado da via (direção leste), transmitindo um sentido maior de segurança e não de intimidação pura e simples. No primeiro caso, do Cimba, está implícito que todos são perigosos, no segundo, filtros são colocados, já que há cidadãos a serem protegidos.

É evidente que a apropriação dos espaços públicos e de uso coletivo passa igualmente pelos *habitus* dos sujeitos em realizar ou não um conjunto diversificado de atividades (BOURDIEU, 2013), tais como caminhadas, ciclismo, passeio com filho e cachorro, realização de ato político, religioso, cultural, encontro com familiares e amigos, realização de piquenique ou ainda se apropriar das mediações realizadas pelo mercado, indo, por exemplo, em uma lanchonete.

Longe de ser mera subjetividade, essas atividades são permeadas por relações de classe e de poder que aí se estabelecem (BOURDIEU, 2013). Assim, o passeio de bicicleta

é percebido nas classes médias não somente como uma atividade esportiva, mas como figuração que expressa distinção social. Há todo um protocolo para fazer isso, que exige desde uma bicicleta caríssima, passando pelas roupas adequadas e até os equipamentos de proteção.

Já aqueles garotos de bairros periféricos que fazem passeios com seus amigos, em bicicletas velhas e inadequadas para atividades esportivas ou simples “rolê”, causam insegurança na boa sociedade. E, para piorar, às vezes, usam caixas de som JBL, como uma forma de chamar a atenção e tentar um fiapo de reconhecimento, mas acabam por ganhar um reforço a mais de rejeição e desprezo das classes médias. É como se contaminassem o ordenamento ideal do espaço público.

Como a reprodução de *habitus* sempre implica esquemas de percepção (BOURDIEU, 2013), fazer piquenique no Cimba é associado a pobreza, como vimos no início desse trabalho. Imagina, fazer um aniversário de um filho no parque, levar o bolo, colocar sobre um pano no chão ou pequena mesa, cantar os parabéns e servir os convidados sem os muros da intimidade? É uma atividade que retira diversas mediações do que é considerado uma festa bela, que passa frequentemente pelo investimento considerável em decoração, espaços vips e cerimonialistas.

Considerações finais

Novos espaços públicos foram construídos e revitalizados em Araguaína na última década, mas isso não se traduziu em maior abertura da cidade, no sentido colocado por Sennet (2018), de maior encontro dos diferentes e de democratização das decisões que orientam os destinos da vida urbana. Nota-se que espaços públicos como a Via Lago já nascem segmentados e submetidos aos interesses imobiliários e ao controle policial sob o imaginário da insegurança urbana.

As práticas espaciais dos cidadãos araguanenses em relação aos espaços públicos analisadas no trabalho, podem ser sintetizadas ao menos em três perspectivas. A primeira é a *exclusão* de moradores periféricos dos espaços públicos pela ausência de recursos de acessibilidade física e simbólica, na qual o mercado atua como elemento de controle ao criar requisitos de consumo para apropriação do território público e o aparelho policial aparece com a intimidação.

A segunda é quase *nenhuma* relação com os espaços públicos, visto principalmente nos moradores de condomínios horizontais fechados, que afirmam construir a

reprodução da rua e da cidade aberta nesses tipos de espaços, recuperando uma liberdade que teria existido no passado. A insegurança urbana aparece aqui como elemento decisivo de controle para o afastamento dos espaços públicos, de um lado, e a oferta de produtos imobiliários, de outro.

Há, igualmente, uma apropriação *anêmica* posto que seletiva e esporádica dos espaços públicos por grupos privilegiados que residem principalmente nas áreas centrais. E isso acontece, como visto, pela insegurança, pela concorrência de espaços privados de consumo/lazer e pela pouca vida que se desenrola nos lugares públicos, dada a escolha do Estado de aí não criar atividades culturais atrativas.

Tal dinâmica evidencia processos de segmentação e controle dos espaços públicos. Essa realidade pode ser melhor visualizada na Via Lago, que aparece como um complexo de lazer e imobiliário, nos moldes dos parques urbanos referidos por Serpa (2017), e no Parque Cimba, que tem caráter popular e já nasce sob o estigma da insegurança e, por isso, é preterido pelas classes médias, ao mesmo tempo em que não há sinais de que integre uma valorização imobiliária mais significativa.

Inseguridad urbana, control y segmentación de los espacios públicos de Araguaína, Tocantins, Brasil

Resumen: La apropiación de los espacios públicos es mediada por la percepción social que se construye sobre ellos e históricamente fueron instrumentalizadas por intereses de la burguesía. Uno de los principales elementos de esa mediación es la inseguridad urbana que no solamente promueve la disminución de los espacios públicos, sino que los segmenta en seguros/inseguros y legítima, por un lado, la expulsión de las poblaciones indeseadas vistas como peligrosas y anormales y por otro, los procesos amplios de revitalización que implican inversiones voluminosas de capitales. Considerando dicho abordaje, este texto investiga las prácticas de uso y apropiación de los espacios públicos en Araguaína, Tocantins. Esta ciudad ha sido marcada por la inseguridad urbana y en la última década ha pasado por una reestructuración de su infraestructura con la construcción y revitalización de diversos espacios públicos. Esta investigación fue realizada mediante una revisión bibliográfica y entrevistas con residentes de la ciudad. Los resultados indican una segmentación y control de los espacios públicos cuya mejor imagen sucede con la Vía Lago, la cual es percibida como segura y apropiada por las clases medias y el Parque Cimba asociado a la criminalidad y dejado para las clases populares.

Palabras-clave: segmentación; inseguridad; espacios públicos; Araguaína; control.

Urban Unsafety, Control, and Segmentation of Public Spaces in Araguaína- Tocantins, Brasil

Abstract: The appropriation of public spaces is mediated by the social perception constructed about them and, historically, it was performed in the interest of the bourgeoisie. One of the main elements of that mediation is the urban unsafety that not only promotes the diminution of public spaces but also segments them into safe/unsafe. On one side, it approves the expulsion of the unwished population seen as dangerous and anormal, and on the other side, large processes of

revitalization imply important investments of capital. Bearing that point of view, this text studies the use and appropriation practices of public spaces in Araguaína, Tocantins. This city is marked by urban unsafety and it passed by a restructuring of its infrastructure with the construction and revitalization of several public spaces last decade. This research was made through a bibliographic revision and interviews with the residents of this city. The results reveal a segmentation and control of public spaces, which best image is Via Lago and Parque Cimba is associated with criminality, being for popular classes.

Keywords: segmentation; unsafety; public spaces; Araguaína, Control.

Referências

AZEVEDO, I. de. **Entrevista XV**. [jun. 2019]. Entrevistador: autor. Araguaína, 2019. 1 arquivo mp3 (58:56 min.).

BOURDIEU, P. *et al.* **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Souk, 2013.

CLAÚDIA, F. **Entrevista XVII**. [jul. 2019]. Entrevistador: autor. Araguaína, 2019. 1 arquivo mp3 (1:11:44 min.).

FERREIRA, C. **Entrevista IX**. [jun. 2019]. Entrevistador: autor. Araguaína, 2019. 1 arquivo mp3 (52:05 min.).

FRANCO, P. **Entrevista III**. [jul. 2019]. Entrevistador: autor. Araguaína, 2019. 1 arquivo mp3 (25:51 min.).

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **Paris: capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

HONNETH, A. Conciencia moral y dominio social de clases: algunas dificultades en el análisis de los potenciales normativos de acción. *In*: HONNETH, A. **La sociedade del desprecio**. Madrid: Trotta, 2011. p. 55-74.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro; São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 22 mar. 2019.

ISIS, M. de. **Entrevista VII**. [jun. 2019]. Entrevistador: autor. Araguaína, 2019. 1 arquivo mp3 (37:31 min.).

KERN, L. **Ciudad feminista: la lucha por el espacio en un mundo diseñado por hombres**. Buenos Aires: EGodot, 2020.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAÍZA, G. **Entrevista V.** [ago. 2019]. Entrevistador: autor. Araguaína, 2019. 1 arquivo mp3 (29:47 min.).

LIOCHÁ; C.; ADELAIDA, B. **Entrevista XV.** [ago. 2019]. Entrevistador: autor. Araguaína, 2019. 1 arquivo mp3 (1:31:00 min.).

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

PATRÍCIA, A. **Entrevista XXVI.** [mar. 2020]. Entrevistador: autor. Araguaína, 2019. 1 arquivo mp3 (1:18:43 min.).

PEREIRA, A. J. **Leituras de paisagens urbanas: um estudo de Araguaína-TO.** 2013. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SENNETT, R. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta.** Rio de Janeiro: Record, 2018.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2017.

SODRÉ, R. DEUS, J. B. de. Insegurança e estigmatização sócio-espacial na cidade de Araguaína-TO: um estudo sobre o papel da mídia. *Revista de Geografia*, [s.l.], v. 37, n. 2, p. 162-181, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/243542>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SODRÉ, R. Preconceito socioespacial e insegurança urbana em Araguaína-TO. *Ateliê Geográfico, Goiânia*, vol. 14, n. 3, p. 116-131, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ateliê/article/view/64364>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SOUZA, M. L. S. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. S. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L. S. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TEXEIRA, R. **Entrevista XII.** [jun. 2019]. Entrevistador: autor. Araguaína, 2019. 1 arquivo mp3 (1:12:18 min.).

TUCHEL, C. **Entrevista XI.** [jun. 2019]. Entrevistador: autor. Araguaína, 2019. 1 arquivo mp3 (1:27:39 min.).

VANDALISMO atinge serviços públicos e prejudica moradores em Araguaína. **G1 Tocantins**, 01 fev, 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/02/01/vandalismo-atinge-servicos-publicos-e-prejudica-moradores-em-araguaina.ghtml>. Acesso em: 16. dez. 2020.

VÂNDALOS destroem lixeiras e causam transtornos em Araguaína. **Gazeta do Cerrado**, 07 jan, 2020. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/vandalos-destroem-lixearas-e-causam-transtornos-em-araguaina/>. Acesso em: 16. dez. 2020.

VIA Lago, principal ponto turístico de Araguaína, é alvo do vandalismo. **Coluna do CT**, 26 set, 2018. Disponível em: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/via-lago-principal-ponto-turistico-de-araguaina-e-alvo-do-vandalismo/>. Acesso em: 16. dez. 2020.

Sobre o autor

Reges Sodré - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2021). Atualmente é professor da Universidade Federal de Rondonópolis.

Recebido para avaliação em setembro de 2022
Aceito para publicação em julho de 2023